



Carta à Justiça e ao Brasil

Pelo direito das vítimas. Pela memória. Pela não repetição.

Ao Brasil, à sociedade que acredita no valor da vida humana e à Justiça brasileira.

Escrevemos esta carta movidos pela dor que não prescreve, pela memória que resiste e por um dever democrático: afirmar que não há Estado de Direito quando a morte coletiva é naturalizada e a impunidade é reincidente.

O Brasil carrega feridas abertas. Algumas ardem em chamas; outras são soterradas por lama tóxica; outras afundam lentamente sob nossos olhos. Incêndio da Boate Kiss (Santa Maria). Rompimento da barragem da Samarco-BHP-Vale (Mariana). Rompimento da barragem da Vale (Brumadinho). Incêndio no Ninho do Urubu (Flamengo). Afundamento do Solo pela Braskem (Maceió).

Proclamamos: não são apenas tragédias humanas e ambientais — são marcos de sucessivos crimes do Estado, de empresas e dos sistemas de controle e responsabilização.

Vidas foram interrompidas por negligência, omissão e decisões que priorizam o lucro e a conveniência econômica em detrimento da vida. Não foram fatalidades. Foram tragédias-crime. E crimes exigem verdade, responsabilização e justiça.

A Justiça que tarda é outra forma de violência. Os atingidos são “revitimizados”, pois essa prática que fragmenta processos e dilui responsabilidades não repara, mas silencia. E o silêncio institucional imposto às vítimas e seus familiares prolonga o sofrimento e a injustiça, além de transformar o tempo em estratégia de esquecimento.

As famílias pedem reconhecimento. Pedem que seus mortos não sejam estatísticas e nem esquecidos em processos judiciais intermináveis. Pedem algo elementar: que o direito à vida esteja sempre acima dos interesses econômicos.

A Constituição consagra a dignidade da pessoa humana como fundamento da República. Mas não há dignidade quando a dor é relativizada e a responsabilidade não alcança os culpados. A democracia não se mede apenas pelo voto, mas pela capacidade do Estado de proteger seus cidadãos. Quando há violação do direito constitucional à dignidade e à proteção da vida, impõe-se a responsabilização do Estado e dos agentes envolvidos. Cada tragédia não julgada anuncia a próxima.

Por isso, esta carta é um chamado ao Estado brasileiro — em especial à Justiça — para que reconheça que esses casos não podem ser tratados como acontecimentos corriqueiros. Protocolos judiciais e processos são numerados. Vidas humanas, não.





Apelamos para que o Estado reafirme sua função histórica de defesa intransigente da vida, a vida como valor absoluto – como determina a Constituição – que, infelizmente, vem sendo desrespeitada.

Aos governos, cabe executar a lei com rigor técnico e fortalecer a prevenção, com órgãos independentes, fiscalização efetiva e resposta rápida a riscos. Ao Legislativo, aperfeiçoar leis e procedimentos para garantir celeridade, responsabilização e confiança pública. À iniciativa privada, cabe adotar uma governança em que o lucro legítimo só exista quando a vida e a dignidade humana forem limites inegociáveis.

À sociedade, cabe não se acostumar, não naturalizar e não esquecer. Cabe recusar a anestesia moral que transforma tragédias em crimes sem punição – porque toda vez que a vida é banalizada e a dor coletiva é normalizada, a injustiça encontra terreno fértil para se repetir.

Esta carta fala do futuro. Enquanto a morte coletiva for tratada como “acidente”, o Brasil continuará enterrando suas crianças, jovens, trabalhadores, enfim, seu povo – nenhuma vida é descartável. Sem vítimas no centro do processo, não há justiça possível.

Os direitos das vítimas não enfraquecem a Justiça — ao contrário, fortalecem a Justiça, porque reafirmam que a defesa não pode se sobrepor ao direito à vida, à memória, à reparação e à responsabilização.

Esta carta não pede privilégios. Pede princípios. Pede ética pública. Pede que a vida humana volte a ser o valor máximo que orienta decisões, políticas e julgamentos.

Em nome dos que se foram. Em respeito aos que ficaram.

Sem justiça, não há memória. Sem memória, não há futuro.

Sem responsabilização, não há democracia.

Brumadinho (MG), 23 de janeiro de 2026.

Assinam:

AFAVINU - Associação dos Familiares de Vítimas do Incêndio do Ninho do Urubu

AVABRUM - Associação dos Familiares de Vítimas e Atingidos pelo Rompimento da Barragem Mina Córrego do Feijão - Brumadinho (MG)

AVTSM - Associação dos Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria

CABF - Comissão dos Atingidos pela Barragem de Fundão Mariana/Minas Gerais

MAM - Movimento Popular pela Soberania na Mineração

MUVB - Associação do Movimento Unificado das Vítimas da Braskem

